



DEMOCRACIA E DIREITOS

DIMENSÕES DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS
E SOCIAIS

ESPAÇOS PARTICIPATIVOS E O USO DE METODOLOGIAS INTEGRATIVAS PARA EFETIVIDADE DE DIREITOS

Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo,

Universidade Federal do Sul da Bahia | BA

RESUMO

O trabalho expõe o relato de experiência de duas intervenções no campo social utilizando metodologias integrativas como base de ação. Trata-se do Programa Justiça Comunitária, desenvolvido na comunidade de Manguinhos, nos anos de 2012 e 2013, e do Projeto Bebel – Inclusão Socioeconômica de Mulheres na Praça da Bandeira, nos anos de 2013 e 2014, ambas na cidade do Rio de Janeiro. O objetivo geral do trabalho apresentado é expor o processo de fomento e criação de espaços participativos em âmbito comunitário e estatal, e a utilização de metodologias integrativas como um instrumento importante para a compreensão do contexto comunitário e para construção de soluções coletivas e efetividade de direitos em nível local. A metodologia do trabalho se baseia em uma pesquisa qualitativa com delineamento bibliográfico, a partir de fontes digitais e impressas de livros, periódicos e documentos públicos, além de dados institucionais referentes as experiências apresentadas.

Palavras-chave: espaços participativos; metodologias integrativas; intercâmbio de saberes.

ESPAÇOS PARTICIPATIVOS E O USO DE METODOLOGIAS INTEGRATIVAS PARA EFETIVIDADE DE DIREITOS

ARAÚJO, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de

INTRODUÇÃO

O artigo apresenta o relato de experiência do Programa do Conselho Nacional de Justiça executado pela Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro e Instituto Superior de Estudos da Religião – ISER – Justiça Comunitária, desenvolvido na comunidade de Manguinhos na cidade do Rio de Janeiro - RJ, nos anos de 2012 e 2013, e do Projeto Bebel – Inclusão Socioeconômica de Mulheres na Praça da Bandeira, centro da cidade do Rio de Janeiro, executado pelas organizações não-governamentais Planet Finance e Projeto Gerando Vida nos anos de 2013 e 2014. Ambas as intervenções sociais, uma executada pelo Estado e outra pela sociedade civil, expõe o uso das metodologias integrativas como instrumento de ampliação da inclusão de populações periféricas, fortalecimento da cidadania social¹ e efetividade de direitos.

A estrutura social desigual² que se constitui como traço da sociedade brasileira opera como base para a construção de mundo possível, legítimo ou não³, que remete a outra realidade, não formal e sim informal⁴, que se compreende complexa, inacabada e irregular⁵. Fala-se de um espaço social⁶ construído a partir da desigualdade de acesso ao capital⁷ e em um espaço de ausência do Estado quanto à efetividade dos direitos sociais garantidos no artigo 6º pela Constituição Federal de 1988, a saber, “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a

¹ Significa a conquista de significativos direitos sociais, no domínio das relações do trabalho, da segurança social, da saúde, da educação e da habitação (Santos, 2006, p. 30).

² De acordo com o Relatório das desigualdades de raça, gênero e classe (2017, p. 17), além das desigualdades de condições socioeconômicas entre brancos e negros, há também desigualdades de oportunidades renitentes, que impedem os negros de ascenderem socialmente.

³ Segundo Bourdieu (1989, p. 246-247) a norma jurídica quando consagra um conjunto de regras sociais com caráter universalizante, para além das diferenças de condição e de estilo de vida, as mesmas possuiriam um efeito de normalização de uma cultura legítima que considera todas as práticas diferentes como desviantes, anômicas, e até mesmo anormais, patológicas.

⁴ De acordo com Comparato (2009, p. 08), efetivamente, bem analisadas as coisas fora dos dogmatismos acadêmicos, é preciso reconhecer que uma Constituição não é apenas, como pensaram os revolucionários norte-americanos e franceses do final do século XVIII, o documento solene que organiza politicamente um país. Por trás dessa forma, ou, se se quiser, do lado do avesso, há outra realidade, igualmente normativa, mas que não goza da chancela oficial. tal como a politeia das cidades-estados da Grécia clássica, trata-se de algo semelhante a uma Constituição não escrita, mas de incontestável vigência. Ela é formada pelos usos e costumes tradicionais, os valores predominantes na sociedade e o complexo campo dos poderes privados, entrelaçados às competências públicas.

⁵ É a partir de uma articulação complexa que se propõe a construção de uma narrativa mais local, fundamentada em singularidades socioculturais, que evidencia o caráter inacabado do conhecimento, que possibilita enxergar no campo social as irregularidades e contradições do real (NEUBERN, 2000, p. 156).

⁶ Compreendido como espaço multidimensional de posições, descrito também como um campo de forças, ou seja, como um conjunto de relações de forças objetivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irreduzíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes (BOURDIEU, 2009, p. 134-135).

⁷ O capital pode existir no estado objetivado, em forma de propriedades materiais, ou, no caso do capital cultural, no estado incorporado, e que pode ser juridicamente garantido (BOURDIEU, 2009, p. 134).

previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Tendo em vista este contexto, o objetivo geral do trabalho apresentado é expor os processos de criação e intercâmbio de saberes científicos e comunitários em espaços participativos e a utilização de metodologias integrativas como instrumento para maior efetividade e alcance de soluções coletivas em âmbito comunitário. O perfil dos participantes das ações envolve populações periféricas e historicamente marginalizadas, sendo as mulheres a maioria das participantes. Os passos desenvolvidos se compõem pela compreensão das estruturas sociais desiguais como campo de formação de normas sociais⁸ que podem se confrontar com as normas legais do país. Na compreensão da existência de normas sociais como valores coletivos que possuem força e influenciam comportamentos dentro de um grupo social e uma vez naturalizados influenciam pensamentos e formas de agir, as mesmas precisam ser reconhecidas no campo social e incluídos nas discussões para a elaboração e planejamento de políticas públicas. No intercâmbio de conhecimentos, fundamentados em uma ecologia de saberes e na autonomia do sujeito, que impulsionam mudanças sociais concretas para construção de uma melhor qualidade de vida para a comunidade a partir do reconhecimento da trajetória de vida correlacionada com os valores da coletividade.

Neste sentido, fala-se de um processo transformador não apenas no campo de ação, mas também em todos os agentes envolvidos como sujeitos integrais, sejam técnicos ou moradores da comunidade, revela a abertura da equipe de trabalho para compreender a dinâmica social e atuar segundo essa realidade incerta (para os técnicos) a partir de uma perspectiva de troca e crescimento mútuo, uma relação que pressupõe abertura e disponibilidade de ambas as partes envolvidas na experiência⁹. Os resultados a serem apresentados se compõem por um guia de ação sobre o processo de mudança comunitária a partir do uso de metodologias integrativas para a construção coletiva de novos saberes e sua importância na formulação de políticas públicas participativas com uma perspectiva inclusiva. Além da apresentação dos pontos positivos do gerenciamento de ações de desenvolvimento local através da educação de pares e do protagonismo de atores locais em espaços participativos.

A metodologia do trabalho baseia-se na teoria fundamentada¹⁰ que consiste em unir teorias a

⁸ De acordo com Bichieri (2013, p. 01), entende-se por normas sociais: [...] um padrão de comportamento tal que as pessoas têm uma preferência para seguir esse padrão quando acreditam que muitas das pessoas de sua rede de referência comportam-se desse jeito, muitas pessoas da sua rede de referência acham que pessoas como elas deveriam comportar-se desse jeito.

⁹ De acordo com Bondía (2002, p. 24), “a experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço”.

¹⁰ Lo más probable es que la teoría derivada de los datos se parezca más con la “realidad” que la teoría derivada de unir una serie de conceptos basados en experiencias o solo especulando (cómopiensa uno que las cosas debieran funcionar). Debido a que las teorías fundamentadas se basan en los datos, es más posible

experiências e dados com o fim de ampliar a compreensão sobre conceitos e proporcionar um guia significativo para a ação. O método utilizado será uma pesquisa bibliográfica realizada a partir dos registros disponíveis em fontes impressas e digitais sobre a temática, além de registros estatísticos referentes a violações de direitos, e dos dados institucionais referentes ao Programa Justiça Comunitária (2012-2013) e ao Projeto Bebel – Inclusão Socioeconômica de Mulheres na Praça da Bandeira (2013-2014) na cidade do Rio de Janeiro - RJ.

1. Programa Justiça Comunitária – Um caminho para o acesso à justiça e a formação cidadã

1.1. Histórico e bases do Programa Justiça comunitário no Rio de Janeiro

A mediação de conflitos em seu desenvolvimento moderno esta fundamentada em duas raízes. Por um lado, o Direito, que põe ênfase em um mecanismo alternativo de litigação judicial. Daqui surgiu historicamente uma visão crítica da quantidade de casos judiciais, a qual promove o desenvolvimento de outras opções para a resolução de conflitos orientada a promover uma maior eficiência dos tribunais. A segunda corrente encontra-se inspirada nos movimentos políticos da década de 60, visava um maior controle e participação da cidadania como ferramenta para os processos de tomada de decisões. Esta corrente influenciou fortemente o desenvolvimento da mediação comunitária. Este movimento tem desenvolvido a ideia de outorgar maior poder para as comunidades na resolução dos conflitos, através de um processo de empoderamento de comunidades na resolução dos seus próprios problemas, da promoção da participação democrática em nível local, assim como a redução da violência e as tensões intergrupais nas comunidades¹¹.

Tradicionalmente, a mediação de conflitos prevê um terceiro neutro para resolução de um acordo. Em sua definição clássica é entendida como uma saída negociada com a assistência de um terceiro em meio a um conflito entre duas partes, sejam pessoas, grupos, comunidades, organizações ou países, e encontra-se fundamentada nos princípios de emancipação, deliberação, pedagogia social e participação. Já a mediação comunitária funda-se nas premissas de uma construção da cidadania, de desenvolvimento de capacidades democráticas e autônomas na sociedade¹². Assim, a mediação comunitária é assumida como um processo que torna possível a troca social através do empoderamento, a educação e a construção de redes sociais nas comunidades¹³. De acordo com Alejandro Nató, trata-se de “um recurso humano e um instrumento cívico mediante o qual os integrantes de uma sociedade podem tramitar suas diferenças e/ou gerenciar os conflitos que lhes

que generen conocimientos, aumenten la comprensión y proporcionen una guía significativa para la acción (STRAUSS, 2012, p. 14).

¹¹ Guía de Mediación Comunitaria. Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos (ONU – HABITAT) em copublicación com Universidad Alberto Hurtado de Chile y Instituto de Estudios de la Religion (ISER). Impreso em Chile: 2014. p.12.

¹² *Ibid*, p.10.

¹³ *Ibid*, p.12.

apresentam em um âmbito privado e/ou público, assim como também participar da construção da sociedade que integram”. É importante ressaltar que a Mediação não substitui os serviços formais de acesso ou garantia de direitos, é sim complementar e indissociável destes. Tem uma dupla função: estimular e colaborar com o aprimoramento dos serviços públicos de direitos e fomentar e promover as relações comunitárias¹⁴.

O Programa Justiça Comunitária está fundamentado nas bases da mediação comunitária. O Programa foi idealizado pela juíza do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), Gláucia Falsarella, há mais de 10 anos. O Programa nasceu em 2000 a partir da experiência do Juizado Especial Cível Itinerante do TJDFT, que buscava atender moradores das comunidades do Distrito Federal que tinham dificuldades de acesso¹⁵ à Justiça formal. Nesses dez anos, o Programa se instalou em três regiões administrativas do Distrito Federal: Ceilândia, com 332 mil habitantes, Taguatinga, com 223 mil, e Samambaia, com 147 mil, contando com 60 agentes comunitários capacitados para atuar na mediação de conflitos. Esses agentes compartilham a linguagem e o código de valores da região onde mora, o que auxilia bastante o entendimento entre as partes e a resolução amigável do conflito.

Os núcleos de Justiça Comunitária no Rio de Janeiro tiveram trajetórias muito diferentes devido as especificidades de cada comunidade, mas também às próprias condições de instalação do núcleo. No Rio de Janeiro, a iniciativa estava vinculada ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) e foi implementado em sete comunidades: Manguinhos, Nova Iguaçu, Complexo do Alemão, São Gonçalo, Borel, Cidade de Deus e Morro da Providência. A composição da equipe técnica era formada por um advogado, um psicólogo, um assistente social, um agente de apoio administrativo, quatro estagiários e trinta mediadores comunitários, que foram contratados através de um processo seletivo¹⁶. O Programa foi coordenado pela Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos e executado pelo Instituto Superior de Estudos da Religião, foi instalado na comunidade de Manguinhos, zona norte da cidade.

Manguinhos é um dos bairros da Cidade Maravilhosa, situado na 10ª RA e na AP 3.1, no espaço entre Av. Brasil, a Linha Amarela, a Avenida dos Democráticos e a Av. Dom Elder Câmara (antiga Av. Suburbana). O bairro foi oficialmente reconhecido em seus limites em 1988. Manguinhos, cujo nome vem do fato de ser uma região de mangue, faz parte da bacia hidrográfica da Baía da Guanabara por onde passam os rios Faria - Timbó, Jacaré e o Canal do Cunha. Manguinhos é parte do mosaico de

¹⁴ Ibid, p.33.

¹⁵ A experiência revelou um fato importante que serviu de "combustível" para o desenvolvimento do projeto. Foi possível identificar que aproximadamente 80% da demanda do Juizado Itinerante resultavam em acordos. Esse dado confirmou que a iniciativa efetivamente rompia obstáculos de acesso à Justiça. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/judiciario/72122-justica-comunitaria-chega-aos-morros-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 09/10/2017.

¹⁶ Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/judiciario/72122-justica-comunitaria-chega-aos-morros-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 09/10/2017.

desigualdades sociais que expressa a cidade do Rio de Janeiro. Enquanto Botafogo, Lagoa, Barra da Tijuca, Vila Isabel, Tijuca e Copacabana são considerados os melhores bairros com relação às condições de vida, medidos pelo IDH, dos 126 bairros da cidade, Manguinhos está entre as cinco piores situações junto com Guaratiba, Rocinha, Jacarezinho, Maré e Complexo do Alemão, no 122º lugar¹⁷. O Núcleo estava localizado na Rua Leopoldo Bulhões, nº 952, em espaço cedido pelo Centro de Cidadania e Desenvolvimento Comunitário da Varginha. Foram cedidas duas salas com mesas, cadeiras, um armário e quadros para aviso que facilitaram o andamento das atividades.

A abertura do Núcleo para atendimento à população aconteceu no dia 01 de setembro de 2012. A equipe técnica era formada por Danielle de Araújo (Direito), Flávia de Abreu Lisboa (Psicologia) e Jacqueline Bragança (Serviço Social), os respectivos estagiários por área: Marcela Silva, Mateus Duarte e José Luís Soares, e Thayani Alves como auxiliar administrativo. Os agentes comunitários eram um total de 27 (vinte e sete), sendo 88% de mulheres (cabe ressaltar que houve também a rotatividade dos agentes comunitários durante o projeto). A seleção de agentes comunitários tentou abarcar a diversidade do local seja na idade, raça, profissão, moradia, gênero, religião, com o fim de atuar com uma base de ação representativa. Cabe apontar que as pessoas identificadas como mediadoras são, em grande medida, pessoas envolvidas com processos de desenvolvimento comunitário¹⁸.

A integração da equipe se deu através de capacitações semanais e principalmente no dia-a-dia do Programa, formando um corpo integrado que visava não apenas atendimentos multidisciplinares, mas principalmente a valorização¹⁹ dos encontros com os mediadores comunitários. O maior desafio como equipe era romper com as cadeias do conhecimento disciplinar, a fim de ampliar as possibilidades de se encontrar soluções em um campo ainda desconhecido e de reconhecer/desconstruir nossas premissas culturais e sociais implícitas para que coletivamente pudéssemos ressignificar a realidade. A diminuição da força dos conhecimentos individualizados e científico²⁰ só foi possível através do intercâmbio de ideias e decisões coletivas que guiavam o grupo, dando então surgimento a novos saberes em conjunto com a comunidade. De acordo com Gianella (2007, p. 12), o caráter transdisciplinar dos problemas que enfrentamos nos aconselha uma postura de busca livre para além

¹⁷ Disponível em: <http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/>. Acesso em: 12/10/2017.

¹⁸ Guía de Mediación Comunitaria. Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos (ONU – HABITAT) em copublicación com Universidad Alberto Hurtado de Chile y Instituto de Estudios de la Religion (ISER). Impreso em Chile: 2014. p.24.

¹⁹ Em tal sentido, se trata de um processo de reconhecimento dos significados coletivamente produzidos, no qual os indivíduos são respeitados como únicos e singulares, na diversidade das suas subjetividades e culturas. Assim, a equipe de mediação reflexiona sobre os saberes e conhecimentos da comunidade, agregando novas perspectivas e valores que fortaleçam mecanismos de diálogo e autonomia das pessoas. (*Ibid*, p. 19).

²⁰ De acordo com Gianella (2007, p. 13-14), precisamos entender a insuficiência do objetivismo, e compreender a complexidade e multidimensionalidade do real, a possibilidade de uma visão integrada. Precisamos construir coletivamente a direção e o sentido de nossas ações, pois o conhecimento científico não é tido mais, automaticamente, como dono da Verdade e vem recolocado no meio de muitas outras formas de fazer sentido do mundo.

dos limites disciplinares postos, dos postulados indiscutíveis ou de qualquer legado conceitual que representa mais um hábito mental e que se apresenta como uma prisão mais do que uma fértil representação de nossa realidade. Trata-se de uma prática do transpassar os limites dados, de aproximar o que parece incongruente, de se abrir para a escuta dos contextos e dos sujeitos «relativizando» nossas interpretações prévias a seu respeito e deixando que eles falem.

O espaço de interdisciplinaridade entre o saber dos mediadores-técnicos e o saber comunitário foi um fator de rompimento disciplinar proporcionando valiosas chaves para uma intervenção que privilegiasse a interação em detrimento ao tecnicismo do direito. O intercâmbio de saberes com a comunidade possibilitou novos sentidos a todo processo de dinâmica social porque esteve fundamentado na valorização de todas as partes e nos diversos conhecimentos presentes no território, visando à construção de uma nova realidade. De acordo com o professor Boaventura de Sousa Santos (2007, p. 87), a ecologia dos saberes tem por fundamento a diversidade de conhecimentos no mundo, “não existe uma unidade de conhecimento”²¹.

Trata-se de uma prática promovida e facilitada por uma equipe que contribui para a formação de espaços e processos de diálogo participativo, entre indivíduos ou coletivos, com o fim de criar ambientes favoráveis para o manejo e transformação dos conflitos, complementar a justiça e alternativa a violência explícita e implícita²².

É importante ter presente que uma porcentagem muito alta – e variável – da população latino-americana se encontra vivendo em assentamentos, vilas ou favelas, cuja propriedade e serviços são irregulares, em situações em que as leis e as normas dificilmente são aplicadas, ao menos na forma global e integral. Nestes lugares com escassa presença do Estado, de governos centrais e locais, e de serviços, se faz ainda mais necessário pensar fórmulas de convivência e resolução de conflitos que se adaptem a essas realidades, que valorem seus recursos, criatividade e culturas locais. Que possam fazer o que a Justiça, as polícias, serviços e governos não podem: estabelecer formas de relacionarem-se baseadas em suas próprias capacidades e acordos²³. O desafio de atuar em um contexto de insegurança e violência²⁴ aponta a necessidade de uma intervenção mais profunda, que milite para além do acesso e efetividade dos direitos, que auxilie em um processo de mudança na estrutura social

²¹ Para além do Pensamento Abissal: Das Linhas Globais a uma Ecologia de Saberes. Este trabalho foi apresentado em diferentes versões no Fernand Braudel Center, Universidade de New York em Binghamton, na Universidade de Glasgow, na Universidade de Victoria, na Universidade de Wisconsin-Madson e na Universidade de Coimbra.

²² Guía de Mediación Comunitaria. Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos (ONU – HABITAT) em copublicación com Universidad Alberto Hurtado de Chile y Instituto de Estudios de la Religion (ISER). Impreso em Chile: 2014, p.19.

²³ *Ibid*, p.46.

²⁴ Dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro demonstram em uma série histórica a taxa de homicídio proveniente de oposição à intervenção policial por 100 mil habitantes no Município do Rio de Janeiro entre os anos 2000 e 2016, e revela uma taxa que se inicia em 4,7 e aumenta até 14,6 em 2007, com a implantação de 19 Unidades de Polícia Pacificadora (entre 2008 e 2012) acontece uma diminuição da taxa, que volta a aumentar no ano de 2014 para 32,7, chegando a 37,6 em 2016. Disponível em: <http://www.ispdados.rj.gov.br/Arquivos/SeriesHistoricasLetalidadeViolenta.pdf>. Acesso em: 14/10/2017.

desigual e na formação cidadã²⁵. Assim, o Núcleo, integrado a uma rede de serviços públicos, privados e comunitários trabalha conjuntamente para um formato mais igualitário das relações sociais em todos os níveis. Ressalta-se que para isso a instalação da UPP – Unidade de Polícia Pacificadora na região, no final do mesmo ano foi um fator fundamental.

Ora, a beleza do processo de interação social está em compreender os diferentes modos de vida, as normas sociais que regem as relações sociais em determinada coletividade. Fala-se em reconhecer o território²⁶, andar e construir com a comunidade de forma horizontalizada, uma perspectiva de direitos humanos²⁷ em nível local que afeta o global, ressignificando os conceitos e reconstruindo valores comunitários que se comunicam com o corpo social. Para Dornelles (1998, p. 10), os direitos humanos podem ser interpretados de acordo com a experiência de cada um. Sendo assim, cada indivíduo em sua trajetória pessoal e coletiva coleciona experiências e saberes a serem compartilhados e refletidos em comunidade com grande potencial para a superação de desafios locais e agregação de competências para o desenvolvimento social em níveis mais amplos. Neste sentido, “o processo de reconhecimento comunitário tem um duplo sentido: o Centro de Mediação Comunitária necessita reconhecer as culturas e as identidades locais e, ao mesmo tempo, estimular uma transformação social profunda e duradoura dentro da comunidade²⁸”.

Para reconhecer o outro como um mundo possível é preciso estar aberto a uma experiência mais profunda, que não se limita ao cumprimento do contrato laboral, encontra-se em uma dimensão humana, como afirma Bondía (2002, p. 19), “o saber de experiência se dá na relação entre o conhecimento e a vida humana”. Significa abrir mão da imposição de um mundo legítimo, de uma verdade, e se desconstruir para o acesso a um universo novo, complexo, irregular e inacabado. Não é fácil reconhecer as culturas locais, suas linguagens e práticas e incorporá-las na dinâmica cotidiana dos Centros de Mediação Comunitária, mantendo uma perspectiva transformadora e concreta. Assim, o Centro de Mediação, ao mesmo tempo em que assume uma opção de manter processos locais,

²⁵ A noção de cidadania para Dagnino (2006, p. 154) pressupõe um processo de construção da cidadania como afirmação e reconhecimento de direitos, projeto para uma nova sociabilidade, a partir de um formato mais igualitário de relações sociais em todos os níveis, inclusive novas regras para viver em sociedade o que implica o “reconhecimento do outro como sujeito portador de interesses válidos e de direitos legítimos”. Fala-se da reivindicação ao acesso, a inclusão, a participação e ao pertencimento a um sistema político já dado, ou seja, participação efetiva dos cidadãos no poder.

²⁶ É preciso reconhecer que há uma dimensão da realização da vida em sociedade que nos coloca face às diferenças: o território. Espaço-tempo demarcado pelas intenções e ações humanas, o território é recurso e abrigo que exterioriza a existência individual e coletiva. A sociedade ao se apropriar e fazer uso de um território compartilha o domínio das condições de produção e reprodução social da vida, promovendo a construção de laços que se definem pela apropriação e uso das condições objetivas, como também dos investimentos simbólicos, estéticos, éticos que revelam o sentido da própria sociedade instituída. Por Jorge Luiz Barbosa. Diretor do Observatório de Favelas. Disponível em: Políticas de Segurança e Direitos Humanos: Enfocando a Primeira Infância, Infância e Adolescência. Rede Nacional Primeira Infância (Secretaria Executiva RNPI - Avante Educação e Mobilização Social. Biênio 2011-2012)1ª Ed. 2014. p. 24.

²⁷ Segundo Santos (1997, p. 13) O multiculturalismo, tal como eu entendo, é pré-condição de uma relação equilibrada e mutuamente potenciadora entre a competência global e a legitimidade local, que constituem os dois atributos de uma política contra-hegemônica de direitos humanos no nosso tempo.

²⁸ Guía de Mediación Comunitaria. Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos (ONU – HABITAT) em copublicación com Universidad Alberto Hurtado de Chile y Instituto de Estudios de la Religion (ISER). Impreso em Chile: 2014. p.19-20.

afirmando práticas identitárias de determinado território ou segmento, tem o desafio igualmente relevante de estimular a contradição e o questionamento destas práticas. Este espírito inquieto exige um olhar permeável e atento dos gestores e mediadores²⁹.

Superar as pré-noções do campo social, os estigmas, a marginalização e a criminalização que envolve o espaço social das favelas querer uma reflexão crítica da própria construção social das disciplinas. Fala-se de uma ruptura no nível epistemológico, em uma nova visão alternativa ao positivismo³⁰, que permita a compreensão mais holística da realidade. Segundo Gianella (2015, p. 352):

O que vejo depende do lugar de onde observo e das “lentes” que uso (instrumentos de observação e esquema teóricos que a guiam). Cada ponto de vista é a vista de um ponto; se reconhecemos que a realidade que observamos é complexa e multifacetada, é crucial reconhecer também que nenhum ponto de vista sozinho dá conta de produzir descrições completas, e se comprometer com a multiplicação dos pontos de vistas envolvidos para atingir representações mais ricas (apesar de nunca exaurientes) da realidade em objeto.

O importante nesta dinâmica é fomentar/construir um espaço participativo, que privilegie um saber comprometido com a transformação social, a saber, a capacidade dialógica (uma racionalidade não baseada em nenhum esquema ideal e normativo a ser imposto na realidade e, ao contrário, atenta à concretude dos contextos e ao reconhecimento neles da dimensão estrutural e gerativa do conflito), a capacidade inclusiva (processos de construção de políticas mais inclusivas e que abarque o contraditório de valores, paixões, desejos, visões de futuros do sujeito real) e a capacidade reflexiva (a perspectiva de ultrapassar o caráter separado e abstrato do conhecimento da realidade, adotando uma postura reflexiva e crítica)³¹. Neste sentido, o espaço de Mediação Comunitária busca manejar as ansiedades, tensões, expectativas e contradições, que são parte importante de sua ação, e questiona as respostas tradicionais que conduzem a soluções naturalizadas, sem deixar com isso de reconhecer a cultura local³².

Para que a criação deste espaço seja possível se requer métodos de atuação que se construam durante o processo e não a partir de metodologias fechadas e impostas pela equipe técnica, para isso as metodologias integrativas (MI) são importantes técnicas e métodos, norteados pela busca de uma recomposição entre a mente e o corpo, compreendendo e valorizando as histórias de vidas. A mente se incorporando, a racionalidade tornando-se sensível, a ciência subjetivando-se, o método abrindo-se para a intuição e a criatividade etc. Ao usar Metodologias Integrativas, olhando, escutando ativamente, movimentando o corpo, tocando, cantando, sentindo, sorrindo, encenando, brincando, não apenas

²⁹ *Ibid*, p. 47.

³⁰ Alguns pilares e paradigmas positivistas: a ideia de que o mundo existe lá fora independente de nosso olhar; que há uma única visão de mundo válida; que existe um único sujeito apto a produzir conhecimento verdadeiro e, por isso, válido (o cientista); a ideia que o mundo está organizado de forma dicotômica, havendo uma separação drástica entre o certo e o errado, a natureza e a cultura, a emoção e a racionalidade, a mente e o corpo (GIANELLA, 2009, p. 12).

³¹ As três características para um saber comprometido com a transformação da realidade são apontadas por Gianella (2007, p. 13-14).

³² *Ibid*, p. 47.

aprendemos lições sobre gestão, mas temos a oportunidade de fazer Gestão Social, já que precisamos decidir e agir num dado espaço-tempo considerando o Ser humano de modo integral (GIANELLA; TAVARES, 2011, p. 04--6).

Assim, pautados na interdisciplinaridade, no reconhecimento dos valores comunitários e na valorização dos recursos locais, a equipe do Programa de Justiça Comunitária de Manguinhos se integrou a um processo de mudanças no espaço social para se pensar novas formas de sociabilidade. Parece-nos aqui existir uma das chaves para mudança paradigmática pretendida pela gestão social: escutar ativamente, equalizar participativamente e mediar efetivamente vozes e pensamentos distintos, porém comuns, quanto à finalidade de transformar o social (GIANELLA; TAVARES, 2011, p. 05). A equipe de Mediação Comunitária tem como uma de suas motivações centrais o fortalecer, reconstruir ou criar relações positivas e saudáveis entre os integrantes de uma comunidade, fortalecendo uma boa convivência, dando vigor as redes e as comunidades, e as relações entre estas, transformando-se em um tecelão de boas relações entre pessoas e grupos³³.

2. Metodologias interativas para a formação cidadã

No Programa Justiça Comunitária de Manguinhos, os casos individuais eram distribuídos por especialidades, mas uma vez realizado o primeiro atendimento, os assuntos eram levados para o grupo de técnicos e estagiários para a discussão coletiva e direcionamentos e encaminhamentos necessários, salvo em casos que demandavam apenas informação. Mas, o corpo técnico não se via como um mediador imparcial, e sim a partir de uma perspectiva de mediação narrativa que prevê o mediador como aquele que não somente assiste as partes na busca de acordos, mas sim como um ator que intervêm na geração de novos significados, novas narrativas e novos espaços sociais de poder³⁴.

Os encontros semanais com os agentes comunitários revelam trocas, a escuta, o compartilhamento de problemas, a solução conjunta de estratégias para a resolução de conflitos, desafios e vitórias que foram paulatinamente construindo um universo novo para todos, de conhecimentos, saberes, valorização e crescimento. De acordo com Gianella (2009, p. 13), busca-se em um processo de construção coletiva o “resgate profundo da integralidade do humano em nossos processos e numa possibilidade mais apurada de inclusão dos que não têm saber codificado nas formas convencionais (o que não significa que não tenham saber ou sabedoria)”. Segue a exposição de algumas atividades pautadas em metodologias integrativas:

- 1) Mapeamento territorial: Ação associada a um trabalho de pesquisa (Laboratório Territorial de Manguinhos, projeto de pesquisa da FIOCRUZ) sobre a história e principais características de cada uma das comunidades. No dia 09 de agosto de 2012 tivemos um encontro com os agentes, em que

³³ Ibid, p.47.

³⁴ Ibid, p.11-12.

foi realizada a dinâmica Cartografando Territórios, com a construção, pelos agentes, de um mapa do complexo de Manguinhos, como forma de visualização do território como um todo e como compartilhamento dos (re)conhecimentos de cada um dos agentes com o espaço territorial em que viviam. As atividades principais da dinâmica foram essa cartografia, com divisão das comunidades e das instituições localizadas em cada comunidade. Durante a atividade os agentes comunitários puderam contar um pouco de suas histórias de vida, como chegaram até a comunidade, os principais eventos (enchentes, tiroteios, etc), as dificuldades no acesso aos serviços públicos, a solidariedade entre os moradores, a fé, a prisão ou perda de entes queridos envolvidos com o tráfico de drogas. Uma dinâmica social que começamos a conhecer nas falas e na vivência.

2) Nos dias 23, 27 e 29 de agosto de 2012 foram realizados outros encontros com os agentes comunitários. Foram discutidos temas importantes sobre um trabalho em comunidade. No primeiro desses encontros foi realizada a dinâmica da identidade, com a finalidade de abordar questão das identidades “Favelado” x “Morador de Comunidade”, também foi realizado um debate sobre esse tema a partir de trechos e frases do artigo intitulado: “Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados, de Leticia de Luna Freire”. O ponto mais abordado foi como os moradores se sentiam excluídos e marginalizados em relação ao restante da cidade (citaram discriminação nos serviços públicos e nas vagas de emprego), ao mesmo tempo em conjunto, se sentiam como um corpo, com identidade que precisava ser reconhecida pelo Estado. A atividade do dia 27 tinha como proposta fazer uma discussão sobre um trabalho em equipe, sobre a formação de um grupo de trabalho do Justiça Comunitária. Iniciou-se com a dinâmica do barbante para trabalhar a noção de grupo, utilizando um barbante que, formando uma rede, conectava todos os membros da equipe. Em seguida, construiu-se em conjunto, de maneira coletiva, as regras de funcionamento do projeto e equipe, que foi chamado de Constituição Social. O último desses encontros, dia 29 de agosto, foi abordado com os agentes comunitários pontos importantes para uma abordagem de pessoas nas ruas como forma de divulgação do projeto. Iniciamos o encontro passando um documentário sobre a história de Manguinhos, trazido por uma das agentes, chamado Pessoas, Lugares e Histórias. Em seguida fizemos uma espécie de “Teatro do Oprimido”, montando uma cena de abordagem onde estariam presentes um agente comunitário e outro personagem. O grupo escolheu ser uma mãe que andava pela rua. A partir do que foi surgindo, nós congelávamos a cena e trazíamos uma problematização.

3) Em setembro de 2012 foi realizada atividades lúdicas com duas turmas da escola Centro Integrado de Educação Pública - CIEP Juscelino Kubitschek, de 6º e 7º ano, sobre conflito e violência, já que a agressividade entre os alunos foi um problema levantado pela gestão. Através de jogos de perguntas e respostas sobre temas cotidianos e locais conseguimos identificar as principais referências da turma (em geral as principais lideranças já estavam envolvidas com o tráfico de drogas na região e dois alunos estavam cumprindo medidas socioeducativas) e acompanhar de

forma a influencia-los positivamente com vistas a um potencial efeito multiplicador (o acompanhamento foi possível porque um agente comunitário trabalhava na escola em questão). Os alunos tiveram a oportunidade de realizar um passeio ao ponto turístico Pão de Açúcar, o objetivo era propiciar outras experiências e efetivar o acesso à cidade (já que a maioria ainda não conhecia o local). Ainda neste mês foi realizada uma visita ao Jardim Sensorial, no Jardim Botânico, com dois objetivos principais: possibilitar que os moradores de Manguinhos tenham vivência de outros espaços da cidade dos quais estão “excluídos”, e permitir o debate sobre acessibilidade e cidadania.

4) No mês de outubro de 2012 foi feita a exibição do filme “Sonhos Roubados”, com debate sobre violência contra a mulher, ação em parceria com a Casa da Mulher de Manguinhos. O encontro rendeu impressionantes histórias de uma população que já convive com muitas formas de violência, e a denúncia de um aparato policial que desestimula a notícia de crime e não garante as medidas protetivas necessárias para assegurar a integridade física da mulher. O Núcleo pode, em algumas ocasiões, contatar diretamente a Delegacia de Polícia solicitando que os trâmites processuais devidos fossem seguidos pela instituição. Ainda em outubro de 2012 aconteceu a Feira Social, um espaço em que agentes e comunidades puderam expor suas produções culturais: poesia, teatro, material de divulgação, documentário, material de decoração feito com material reciclado, música, artesanato, pintura. No evento, o seguinte repente foi apresentado pela agente comunitária Maria do Socorro, de 70 anos:

Meu Deus, porque o pobre é tão desprezado? Ninguém me compreende, já não entendo nada. E se passo pela rua todos olham para mim. Com olhar indiferente como se eu não fosse gente. Meu Deus, tenha compaixão de mim! O pobre é tratado com preconceito e desdém. Tem que andar elegante para ser tratado bem. Mas como os grandes só andam de beca boa. O pobre elege ele. E ele deixa o pobre atoa. Todo ano comemora o dia da libertação. Eu só vejo preto e pobre na pior escravidão. Pra ganhar meio salário ele corre que só cão. E se vai para o mercado não dá nem para o feijão. Compra o sabão, compra o gás, e a carne? Nem se fala e o pobre vem para casa chega vim cuspidando bala. E o pobre passa fome. Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come.

5) No mês de novembro de 2012 foram realizadas discussões sobre assuntos de interesse local, como: conflitos nas comunidades, direitos das crianças e adolescentes, descarte de lixo, violência. Os textos bases foram a leitura e debate de “Lagartas e Borboletas” e “Corpo se Asas” de Rubens Alves. A partir destas reflexões e histórias reais diversas dinâmicas foram desenvolvidas para a construção do projeto “Manguinhos, a caminho de uma nova realidade”, que buscava retratar a atual realidade de Manguinhos numa conjuntura de grandes mudanças, pelo olhar dos próprios agentes, através de fotografias e palavras.

6) Em março de 2013 foi realizado um Balcão de Empregabilidade: ação social com a empresa ALLIs para encaminhamento de jovens e adultos, de 16 a 35 anos, para vagas de emprego; e encaminhamento de jovens entre 16 e 23 anos para a empresa ISBET – Instituto Brasileiro pró

Educação, Trabalho e Desenvolvimento, através dos programas de estágio de estudantes, de jovem aprendiz e trainee. No mesmo mês, os agentes comunitários ajudaram na construção do documentário sobre o Justiça Comunitária, com a participação e importante contribuição da voluntária francesa Gabrielle Gartmant.

Os resultados destas iniciativas foram, dentre outros, a abertura de um espaço que compreendesse o sujeito integral, para além do estigma e da exclusão, um caminho que pudesse efetivamente propiciar acesso a novos conhecimentos e novas possibilidades de reconstrução da realidade. Agregar as metodologias integrativas³⁵ ao processo de capacitação da equipe técnica e agentes comunitários fortaleceu a apreensão dos princípios da mediação facilitando assim a sua aplicação no campo prático. A mediação tem evoluído com os aportes de múltiplas disciplinas. As técnicas de comunicação intergrupar, o uso de metodologias de facilitação de grupo, de diálogo e abertura de novas formas de interação têm estado fundadas em vários métodos desenvolvidos durante as últimas décadas.³⁶ O Programa permitiu a riqueza de histórias valiosas de pessoas que buscam o reconhecimento de sua dignidade. Ora, foi o trabalhar o sujeito integral associado aos princípios da mediação e direitos humanos que não só lhes abriram os caminhos para o acesso à justiça, mas também diversas portas e oportunidades para um desenvolvimento pessoal, profissional e comunitário.

Possíveis objetivos da Mediação Comunitária podem ser que a comunidade mude seu conceito de conflito, sua forma de resolvê-los, de fazer justiça, acerca das relações entre vizinhos, de bem comum ou mesmo sobre a mediação. Essas mudanças são difíceis de saber se operam devido a mediação ou outros fatores, também podem existir pressões sobre obtenção de dados quantitativos, descuidando de aspectos em longo prazo, trocas profundas e substantivas, mas menos quantitativas³⁷. A importância de se criar e/ou fomentar um espaço participativo dentro de um Programa estatal tem o potencial de propiciar resultados positivos para além dos objetivos gerais e específicos delineados por um corpo técnico, além disso, supera a frieza de metas definidas *a priori* sem que muitas vezes estejam alinhadas com as demandas locais, valoriza a dignidade, fortalece a cidadania social e instrumentaliza para luta pelos direitos.

³⁵ Trata-se da ampla família de metodologias voltadas à gestão de trabalho de grupo, produção conjunta de conhecimento, análise, interpretação e solução participativa de situações-problema; mas também inclui o recurso às artes nas formas de uso do teatro, dança, fotografia, música e outras, como auxílios à compreensão e reflexão na vivência da realidade, instrumentos potencialmente poderosos porque tocam teclas, despertam e legitimam sensibilidades outras com respeito àquelas puramente racionais, abrindo as portas assim aos muitos sujeitos normalmente excluídos pelos códigos lógico-verbais dominantes na esfera pública. (GIANELLA, 2007, p. 01).

³⁶ Guía de Mediación Comunitaria. Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos (ONU – HABITAT) em copublicación com Universidad Alberto Hurtado de Chile y Instituto de Estudios de la Religion (ISER). Impreso em Chile: 2014, p.12.

³⁷ *Ibid*, p. 50.

3. Projeto Bebel: inclusão socioeconômica de mulheres na praça da bandeira – Rio de Janeiro

3.1. Histórico e base do Projeto Social na Praça da Bandeira – Rio de Janeiro

A ONG Gerando Vida³⁸, associação civil sem fins lucrativos, atua desde 2008 com a missão de auxiliar na inclusão socioeconômica de mulheres, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no Rio de Janeiro e Bahia. As principais temáticas estão relacionadas à prevenção da exploração sexual infanto-juvenil, o tráfico de pessoas e o trabalho infantil. Os projetos sociais são desenvolvidos nos bairros Praça da Bandeira, Rio de Janeiro – RJ e Alecrim II, Eunápolis, Bahia, em parceria com o curso de Psicologia da Universidade UNISUAM, a partir dos seguintes eixos estratégicos: 1) Educação (incentivo à leitura, reforço escolar, profissionalização, alfabetização de adulto e empreendedorismo), 2) Gênero (atividades de prevenção à exploração sexual e tráfico de pessoas, palestras informativas), 3) Desenvolvimento Local (capacitação de lideranças comunitárias, palestras informativas).

O fomento à criação de espaços participativos perpassa todos os projetos da instituição: 1) Escola de Gestão Comunitária³⁹ (2012-2016); 2) Projeto Bebel (2013-2015); 3) Projeto de Prevenção ao Tráfico de Pessoas na Praça da Bandeira⁴⁰ (2014); 4) Projeto Crescer Crescer (2014) – Proteção Integral às Crianças e Adolescentes⁴¹ (2014); e Projeto Mais Nordeste: Mais Educação, Cultura e Direitos⁴² (2015-2017). Durante a execução dos projetos, espaços participativos foram abertos através da criação de grupos de trabalho que tinham como foco a participação de lideranças ou referências comunitárias com o fim de se discutir assuntos de interesse comum e definir diretrizes conjuntas para os principais desafios comunitários.

O Projeto Bebel – Inclusão Socioeconômica de Mulheres da Praça da Bandeira – RJ, realizado nos anos de 2013 a 2014, foi financiado pela Comissão Europeia e executado pela ONG Gerando Vida em parceria com a instituição francesa Planet Finance. Atendeu 150 (cento e cinquenta) mulheres em situação de vulnerabilidade social através de atividades como gestão empresarial, alfabetização de adultos, cursos de idiomas, profissionalização, além de acompanhamento social, jurídico e

³⁸ Instituição fundada pela autora. Apresentação institucional disponível em: http://brazil-entreprendre-au-feminin.tv5monde.com/#Danielle_-_Fondatrice_de_Gerando_Vida. Acesso em: 14/10/2017.

³⁹ A Escola de Gestão Comunitária é um espaço de intercâmbio em que os saberes e conhecimentos são utilizados para produzir melhor qualidade de vida para a comunidade. Tanto educadores e palestrantes como alunos são incentivados a compartilharem seus conhecimentos para a construção de saberes coletivos que impulsionem mudanças sociais concretas.

⁴⁰ Financiado pelo Ministério da Justiça e UNODC (Agência da ONU para crimes internacionais), que executou atividades de capacitação de 10 (dez) lideranças, oficinas para 30 (trinta) meninas, palestras informativas e ações de prevenção na temática atingindo mais de 3.000 (três mil) mulheres.

⁴¹ Proteção Integral de Crianças e Adolescentes na Praça da Bandeira (RJ), ano de 2014, financiado pela Fundação Luterana de Diaconia, o projeto realizou oficinas de leitura, corpo e sociedade, música e prevenção à exploração sexual com 30 (trinta) crianças da região da Praça da Bandeira, além do acompanhamento social das famílias.

⁴² Atende 50 (cinquenta) crianças e adolescentes na cidade de Eunápolis Bahia, através de atividades de incentivo à leitura, reforço escolar, atividades artísticas e culturais e ações comunitárias informativas sobre direitos humanos.

psicológico. Foram selecionadas cinco mulheres com o perfil comunitário⁴³, que nasceram ou realizavam atividades comunitárias no local, para atuar como agentes multiplicadoras dentro da comunidade. Elas foram selecionadas no início do Projeto na capacidade de se tornar lideranças e agente de transformação para outras mulheres. Elas receberam formações desde o início do Projeto sobre temas variados: violência contra a mulher e as opções de enfrentamento, doenças mais comuns nas mulheres, saber lidar com um público idoso, proteção das crianças e adolescentes, mediações de conflitos, etc. Todas as cinco embaixadoras evoluíram muito durante os dois anos do Projeto, aproveitando essa primeira experiência de trabalho formal como uma oportunidade para se capacitar e adquirir competências profissionais.

O Projeto Bebel teve início no dia 1º de março de 2013. Logo em seguida foi organizado um evento de lançamento do Projeto, junto com os parceiros. A iniciativa contou com a presença da Subsecretária de Direitos Humanos, Andreia Sepúlveda, da Coordenadora do curso de Psicologia da Universidade UNISUAM, Maria Angélica Gabriel, a Superintendente da Secretaria de Política para as Mulheres, Fabiana Santos e demais parceiros locais, além da imprensa. Em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e a Universidade UNISUAM, nos meses de abril e maio de 2013 foi elaborado o questionário individual e institucional⁴⁴, LSE - Levantamento Socioeconômico a ser aplicado a 200 (duzentas) mulheres e instituições da Praça da Bandeira. O material contou com o auxílio das embaixadoras do Projeto, que, posteriormente foram capacitadas para a aplicação, que aconteceu no mês de junho, 2013. O produto final do LSE foi apresentado ao público no dia 24 de outubro de 2013 na Semana de Extensão do CEFET no Maracanã e foi publicado na Revista Conexões PSI do Departamento de Psicologia da Universidade UNISUAM⁴⁵.

O Projeto possibilitou um espaço aberto para a realização de Grupo de Trabalho onde as mulheres podiam discutir assuntos de interesse local e construir soluções coletivas, por exemplo, nas áreas de moradia, segurança e transporte. Expressar desejos e necessidades, construir argumentos, formular propostas, ouvir outros pontos de vista, reagir, debater e chegar ao consenso são atitudes que transformam a todos/as aqueles/las que integram processos participativos⁴⁶. Todos precisam se sentir parte no processo de aprendizagem para que se potencialize a multiplicação dos saberes. São nessas

⁴³ Idades 21, 27, 39, 40 e 56 anos. Raça: três mulheres negras e duas brancas. Contexto: histórico de violência doméstica, abuso sexual na infância, tráfico de pessoas, discriminação racial, desemprego.

⁴⁴ Um levantamento quantitativo e qualitativo no campo foi realizado para fazer um inventário da situação atual. Foram usando vários métodos apropriados para cobrir de forma abrangente os diversos aspectos e atores do tema: pesquisa face a face, entrevistas individuais e grupos de foco. A partir deste estudo foram analisadas as condições de vida e as necessidades do público alvo, sua situação frente ao emprego e seu nível de formação. A partir das necessidades detectadas, foi elaborada uma estratégia de capacitação.

⁴⁵ Disponível em: <http://apl.unisuam.edu.br/revistas/index.php/conexoespsi/article/viewFile/294/399>. Acesso em: 14/10/2017.

⁴⁶ Participação Social na Administração Pública Federal. Projeto Apoio a Diálogos Setoriais União Europeia-Brasil. Relatório Participação Social na Administração Pública Federal: Desafios e perspectivas para a criação de uma política nacional de participação. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/participacao%20social%20na%20administracao%20publica%20federal.pdf>. Acesso: 25/09/2017. p. 08-09.

atividades que acontece a construção do conhecimento em educação popular e o processo de participação em ações coletivas, tendo a cidadania democrática como foco central⁴⁷. A construção de um conhecimento em direitos humanos que alcance efetivamente seus destinatários precisa nascer do interior da sociedade e abarcar todas as formas de saber e experiências de vida que cada indivíduo em sua trajetória pessoal e comunitária. Além disso, segundo Patemam (1992, p. 41), a participação produziria maior integração social, na medida em que gera um sentimento de pertencimento de cada cidadão isolado à sua comunidade. Todos podem e devem contribuir na identificação dos valores e cultura locais e na aprendizagem e apreensão de novos valores para o fortalecimento da rede de garantias dos direitos humanos. De acordo com Paulo FREIRE (2007, p. 30): “Porque não aproveitar a experiência dos alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes”.

São nestes espaços que conhecemos mais do que as histórias extraordinárias de mulheres comuns, pode-se acessar os fatos sociais⁴⁸ que permeiam a comunidade, os desafios, as desigualdades, e, ao transformar o sofrimento em luta, instrumentalizar o corpo social para satisfação dos objetivos comuns. É neste universo de construção de conhecimentos, aprendizagem e replicação que os grupos sociais são fortalecidos para coletivamente enfrentarem seus desafios, reparando violações de direitos e concomitantemente criando novas bases para a promoção e garantias fundamentais em seu espaço comunitário. Para Giannella (2007, p. 01), “racionalidade e conhecimento científico já não pode aspirar excluir outras formas possíveis e a busca de nova legitimidade está exatamente na capacidade que elas terão em dialogar entre pares com outras razões e saberes”.

Na esfera das políticas públicas o Projeto discutiu o Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas⁴⁹ no Comitê Estadual de Enfrentamento a Tráfico de Pessoas da SEASDH, além de participar de eventos como Conferência Municipal de Direitos Humanos, Conferência Estadual de Migração e Refúgio, e o evento internacional *Gift Box Brasil*. A criação de um Grupo de Trabalho sobre os direitos humanos das mulheres da comunidade da Praça da Bandeira foi um ponto de partida importante e vital para a estruturação de um Projeto de luta contra o Tráfico de Pessoas. Foi uma oportunidade de envolver os parceiros do setor público e privado, as associações e as organizações do terceiro setor em um Projeto permitindo a redução da exclusão e da pobreza. Este Grupo de Trabalho foi um fórum e a voz das mulheres da comunidade da Praça da Bandeira para o cumprimento dos direitos humanos.

⁴⁷ Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério da Educação. Ministério da Justiça. UNESCO. 2008. p.43

⁴⁸ De acordo com Durkheim (1972, p. 6) , fato social é “toda maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior, ou ainda que é geral ao conjunto de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter”.

⁴⁹ O Plano Estadual de Enfrentamento ao tráfico de pessoas foi publicado no dia 4 de Junho 2014. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/71414637/doerj-poder-executivo-05-06-2014-pg-2>. Acesso em: 14/10/2017.

Nos meses de agosto e novembro de 2013 começaram as turmas de Gestão Empresarial para mulheres empreendedoras. Os cursos tiveram o objetivo de capacitar mulheres na gestão e inicialização de um pequeno negócio, além de impulsionar as mulheres da região a acreditarem em seu potencial de mudança e crescimento mesmo em situações adversas. Os cursos certificaram 39 mulheres que seguiram com o acompanhamento personalizado das embaixadoras até o final do Projeto. Concomitante aos cursos foi realizado grupos de reflexão coordenados por psicólogos da Universidade UNISUAM para desenvolver as habilidades sociais das alunas dos cursos. O Projeto também ofereceu para as mulheres serviços que possibilitassem a satisfação das suas necessidades básicas como atendimento para inscrição no Programa Minha Casa Minha Vida, INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, Defensoria Pública, e serviços como oftalmologista e ginecologista. Em janeiro de 2014 teve início ao curso de alfabetização/letramento de adultos, com o intuito de incentivar o aumento da escolaridade e autoestima das mulheres.

3.2. Metodologias interativas e os passos para a efetividade de direitos

No Projeto Bebel, alguns passos (não se fala em linearidade, mas de marcos fundamentais no processo) importantes foram seguidos para o alcance de um resultado exitoso:

- 1) Divulgação do espaço físico e mobilização das lideranças e referências locais com foco em mulheres (pessoas chave que atuam ou podem atuar como agentes locais de transformação);
- 2) Realização de encontros que tinham como ponto primordial a questão da autoestima e auto-eficácia das participantes. Estes momentos eram direcionados por psicólogos e estudantes de psicologia da Universidade UNISUAM, coordenados pela professora Maria Angélica Gabriel. A importância deste momento foi a compreensão do contexto comunitário e a identificação de normas sociais que envolviam a violência como tráfico de drogas, violência doméstica, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho infantil, por exemplo, e nestes momentos as histórias de violência e superação vinham a tona carregadas de muita emoção e de força para lutar por uma transformação social na localidade;
- 3) Com o início do Grupo de Trabalho o próprio grupo é quem decide os temas prioritários, define as reais necessidades e carências locais, elenca os desafios. Todos têm oportunidade de falar, de se expressar com mais abertura e naturalidade por tratar-se de um encontro com pares e os atores externos já fazem parte do contexto local a partir de intervenções continuadas. Alguns temas elencados foram: Direitos Humanos, Direitos das Mulheres, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Direito de Moradia, Direito da Criança e do Adolescente;
- 4) Definidos os temas prioritários para a comunidade, uma das lideranças se responsabiliza em montar a agenda de discussões e a equipe do projeto em articular encontros com especialistas nas

temáticas a fim de se propiciar trocas e saberes que irão instrumentalizar o grupo;

5) Especialistas, setores do Estado, outras organizações não-governamentais e universidades são convidadas para informar, debater e indicar caminhos para a resolução dos conflitos comunitários. Estes encontros são sempre produtivos, pois a comunidade com acesso aos seus direitos se fortalece para buscar mudanças e cobrar do Estado políticas públicas localizadas;

6) Diferentes instrumentos e ações resultam desses encontros: ofícios aos órgãos públicos, agendamento de reunião com agentes públicos; eventos externos de divulgação de direitos para a população, feiras e bazares para mobilização de recursos que serão utilizados no desenvolvimento de projetos sociais; elaboração de projetos socioambientais e encaminhamento de pedidos financeiros para parcerias;

7) É importante ressaltar que o protagonismo é do grupo, contando sempre com auxílio da equipe do projeto e da Universidade para auxílio em uma escrita mais técnica, a localização legal dos direitos, auxílio na identificação e localização dos setores públicos a serem procurados, assistência em uma estruturação de uma reunião ou evento.

Na tabela abaixo é possível visualizar os principais temas tratados durante o projeto, a identificação dos problemas locais, as estratégias coletivas e as atividades elencadas para a resolução da questão, os passos que foram realizados e os resultados parciais e finais.

QUADRO 01

Transporte	Falta de sinalização causa risco de acidente a crianças e adultos.	Pesquisar e entrar em contato com Secretaria Municipal de Transporte.	Realizar e Recolher abaixo-assinado na população para melhora na sinalização e protocolar na Prefeitura.	Protocolo de pedido de instalação de sinalização na Secretaria Municipal de Transporte.	A Secretaria Municipal de Transporte não respondeu ao protocolo. O grupo decidiu enviar uma carta, com o abaixo assinado para a Secretaria de Transporte. E abrir novo protocolo.
Moradia	Presença de moradias precárias e insalubres na região com a presença de crianças.	Entrar em contato com CRAS (centro de Referência de Assistência Social) para realizar pedido de urgência no Progr. Minha Casa Minha Vida; Convidar profissional para palestrar sobre o tema.	Recolher abaixo-assinado da população e protocolar na Defesa Civil; Enviar carta denúncia ao Conselho Tutelar e Secretaria Municipal de Habitação.	Com o laudo da Defesa Civil, entrar em contato com o Núcleo de Terras da Defensoria Pública.	O processo de pedido de urgência foi aceito pela Secretaria de Habitação. Os moradores estão aguardando o sorteio do Programa Minha Casa Minha Vida.
Infância e Adolescência	Ausência de atividades culturais e ações de prevenção a violência.	Discutir e planejar ações que possam ser realizadas com as crianças. Convidar palestrantes para falar sobre infância e adolescência.	Palestra sobre criança e adolescente com Conselheiro Tutelar. Palestra informativa para adolescentes com o grupo da polícia civil (Papo de Resposta)	Elaborar propostas para prevenção a violência contra crianças e adolescentes.	Conscientização dos pais sobre aos cuidados com crianças e adolescentes. Conscientização dos adolescentes sobre prevenção a violência e drogas.
Saúde	Falta de acesso a informação e serviço de saúde para as mulheres.	Palestra sobre prevenção a DST /Aids.	Oficina do cuidado Outubro Rosa contra câncer de mama e colo do útero	Novembro: Discussão sobre melhorias no acesso a saúde na Praça da Bandeira. Escrever os problemas de saúde e entregar no posto de saúde.	Conscientização das mulheres sobre prevenção de doenças. Aguardando resposta do Posto de Saúde.
Saneamento	Falta container para colocar o lixo na Rua Hilário Ribeiro.	Discussão sobre o problema da coleta do lixo.	Encaminhamento do problema para a Comiurb.	Aguardo da resposta da Comiurb.	Em aberto.
Conferência COMIGRAR	Violação de direitos de imigrantes e refugiados no Brasil e exterior.	Participação das reuniões para organização da Conferência sobre migração e refugio.	Grupo de estudo para elaboração de propostas no eixo de violação de Direitos Humanos dos imigrantes (foco no tráfico de pessoas)	Lista de propostas a serem apresentadas na Comigrar em março de 2014.	Participação na Conferência Livre de Migração e Refugio no Rio de Janeiro.

O que se pretende evidenciar, para além dos resultados parciais e finais do Grupo de Trabalho, é a importância de se fomentar/criar espaços participativos para o fortalecimento da cidadania e a busca pela efetividade dos direitos. O objetivo é realçar os resultados comunitários advindos destes encontros: 1) o processo de reflexão institucional e comunitário para compreender o fenômeno social da exploração sexual infanto-juvenil e trabalho infantil, como uma questão holística e como uma norma social fundamentada nas bases da desigualdade social; 2) a capacitação para que as lideranças comunitárias pudessem elaborar projetos sociais, ambientais, educativos e culturais participativos, que tivessem por base a cooperação e integração da família, Estado e sociedade; 3) a formação de agentes locais de transformação para a multiplicação de saberes pautado em diretrizes humanitárias; 4) a capacitação e participação das lideranças comunitárias em outros espaços de discussão como redes comunitárias⁵⁰ e comitês⁵¹ que deliberam sobre o planejamento e execução das políticas públicas. Todo este processo precisa ser fomentado em nível local buscando-se mudanças sociais concretas e com foco no sujeito integral.

⁵⁰ Metrô RJ, Rede do Bem, ASPLANDE, Rede Grade Tijuca, Rede Sesc Tijuca, que são compostas por organizações públicas e privadas que desenvolvam projetos socioambientais. Nestes espaços acontecem capacitação, informação e trocas entre as instituições.

⁵¹ Conselho Municipal da Criança e do Adolescente- RJ, Conselho Estadual de Assistência Social – RJ, Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo (RJ e BA), Comitê Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil (Eunápolis – BA).

PONDERAÇÕES FINAIS

A apresentação sobre o uso das metodologias integrativas em espaços participativos que privilegia as trocas de saberes e conhecimentos em comunidades periféricas pode ser um sinalizador para se refletir sobre novas estratégias que possibilitem uma melhor efetividade dos direitos. Mesmo diante de tantas demandas sociais para que se efetive uma real diminuição das desigualdades sociais nos contextos locais onde se encontram populações excluídas socialmente, o reconhecimento do outro como um mundo possível e como um sujeito de valores e saberes pode ser um primeiro passo importante na reconstrução de uma dignidade marcada pela estigmatização. As metodologias integrativas, neste processo, podem ser um instrumento fortalecedor para a inclusão, a participação e capacitação destes grupos na luta pela sua identidade, dignidade e direitos.

Referências

- BICHERI, Cristina. Norms, conventions and the power of expectations. To appear in *Philosophy of Social Science*, N. Cartwright and E. Montuschi, eds., Oxford University Press. Fev. 2013. Disponível em: https://sites.sas.upenn.edu/behav-ethics/files/pss_oxford_feb.2013.pdf. Acesso em: 31 Mar. 2016.
- BOAVENTURA, de Sousa Santos. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Nº 48. Junho 1997.
- BONDÍA, Carlos Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Trad. João Wanderley Geraldi. *Revista Brasileira de Educação*. Jan/Fev/Mar/Abr. 2002.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução: Fernando Tomaz, 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 9, 14, 22, 29, 37, 49, 134, 135, 209, 211, 212,213, 229, 237, 240, 243, 246, 247, 250, 251.
- COMPARATO, Fábio Konder. Dossiê Crise do Congresso. *Revista Estudos Avançados*. V. 23. 2009.
- DAGNINO, Evelina. Políticas culturais, democracia e projeto neoliberal. In: *Rio de Janeiro*, (15): 45-65, janeiro / abril de 2005. Disponível em: <http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_15/15_dossie_EvelinaDagnino.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2016.
- DORNELLES, José Ricardo Wanderley. O desafio da educação em direitos humanos. In: *Cadernos Nuevamérica*, Rio de Janeiro, nº 78, 1998.
- DURKHEIM, E. "O que é fato social?" In: *As Regras do Método Sociológico*. Trad. por Maria Isaura Pereira de Queiroz. 6.a ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 36ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- GIANNELLA, Valéria. O nexa pesquisa-ação: qual conhecimento para que políticas?. In: *Gestión Local del desarrollo y lucha contra la pobreza. Aportes para el fortalecimiento de la investigación y las políticas en América Latina*. Luiz Carrizo (Editor), Manoel Carbalha Edición. Montevideo, 2007.
- _____. Epistemolouque? Epistemologia para não filósofos, guiando a ação para o tempo que vem. Dossiê ECOTRANS: Ecologia dos saberes e Transdisciplinaridade. NUPEAT– IESA–UFG, v.5, n.1, Jan./Jun., 2015.
- _____. TAVARES, Edilson; OLIVEIRA NETA, Vivina Machado de. *As Metodologias Integrativas como caminho na ampliação da esfera pública*. V ENAPEGS. Florianópolis, SC. 2011.
- _____. Espaço aberto para trocas: uma oficina sobre os paradoxos da mobilização social em contextos de exclusão extrema. *Coleção Roteiros Gestão Social*, v.1. Salvador: CIAGS/UFBA, 2009.
- LEÃO, Natália; CANDIDO, Márcia Rangel; CAMPOS, Luiz Augusto; FERES JÚNIOR, João. *Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe (GEMAA)*, n.1, 2017.
- NEUBERN, Maurício S. As emoções como caminho para uma epistemologia complexa da Psicologia. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Vol. 16 n. 2, Maio-Ago 2000.
- PATEMAM, Carole. *Participação e Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.1992.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *Revista*

Crítica de Ciências Sociais. Nº48. Junho 1997.

_____. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 11º Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. Bases de la investigación cualitativa: técnicas e procedimientos para desarrollar la teoría fundamentada. Trad: Eva Zimmerman. Colombia: Editorial Universidad de Antioquia, diciembre, 2002.